



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**Processo nº 23005.001511/2017-51**

**Concorrência: 01/2018**

**RESPOSTA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Trata-se o presente, quanto a prestação de esclarecimentos em respostas aos questionamentos apresentados pela empresa através de e-mail.

**DO ESCLARECIMENTO**

A empresa questiona a seguinte exigência do edital:

*“Prezado Senhores,*

*Vimos por meio desta, solicitar um esclarecimento sobre o subitem 13.3.3. Aonde consta Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% do valor estimado da contratação, a qual veio a extrapolar o que é exigido em Lei, aonde veio ultrapassar o limite exigido na Lei Federal nº 8.666/93”.*

*Vejamos o que diz o art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/93:*

*§ 2º “A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ...”.*

*§ 3º “O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.”*

**DA ANÁLISE**

Ao que se percebe, a empresa questiona a exigência de Capital Circulante Líquido de 16,66% prevista no subitem 13.3.3, alegando que não encontraria respaldo na Lei 8.666/93, e que, portanto deveria ser revistos.

Inicialmente, insta mencionar que a exigência de Capital Circulante difere da exigência de Capital Social ou Patrimônio Líquido previstos no § 3º, citado pela empresa em seu pedido.

Possuindo parâmetros nas disposições, em conjunto, previstas no §1º§ cc §5º do próprio artigo 31, o qual dispõe no seguinte sentido:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

*§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada à exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*

No caso do presente processo, verifica-se que a inclusão do presente requisito de qualificação foi objeto de análise da Procuradoria Federal, que em seu parecer manifestou-se favoravelmente a inclusão de tal requisito, ao analisar o conjunto que integra o objeto (o tipo de obra, o histórico de licitações o volume e a viabilidade legal).

A inclusão do presente requisito tem como justificativa prioritária o histórico das últimas de obras licitadas no âmbito da UFGD, cujas obras foram iniciadas e não concluídas, procurando assim afastar empresas aventureiras que na ânsia de firmarem novos contratos muitas vezes acabam assumindo responsabilidades superiores as suas disponibilidades financeiras.

É neste sentido ainda que leciona o mestre, Joel de Menezes Niebuhr, (Licitação e Pública e Contrato Administrativo, p.440/441):

*“De toda sorte, a avaliação da capacidade econômico-financeira dos licitantes não pode ser realizada apenas com base em índices contábeis abstratos, porque a utilidade deles é restrita. Esse ponto foi bem apanhado pelo Tribunal de Conta da União por ocasião do Acórdão nº 1214/2013, Plenário:*

*88. O problema está no fato de que o cálculo de índices contábeis pelo método dos quocientes, tal como disponibilizado no SICAF, por si só, não tem demonstrado, adequadamente, a capacidade econômico-financeira das licitantes, eis que não a evidenciam em termos de valor. Assim, tem-se permitido que empresa em situação financeira inadequada sejam contratadas.*

*89. Com o propósito de salvaguardar a administração de futuras complicações, entendeu-se que há de se complementar as avaliações econômico-financeiras dos licitantes por meio de critérios ou índices que expressem valores como percentuais de outro valor, dentro do limite legalmente autorizado. Por exemplo, patrimônio líquido mínimo de 10%*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

*do valor estimado para a nova contratação, ou pelo método da subtração, como no caso do cálculo do capital de giro ou capital circulante líquido (ativo circulante - passivo circulante).*

*90. A título de exemplificação, em tese, na avaliação da liquidez corrente, uma empresa com R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante, e R\$ 1,00 (um real) no passivo circulante terá o mesmo índice de liquidez de outra empresa com R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no passivo circulante, qual seja, liquidez corrente igual a 1,5.*

*91. Observe que, embora tenham o mesmo índice, são empresas com capacidades econômico-financeiras totalmente distintas. Todavia, se não fosse conhecido o ativo e o passivo circulante em termos de valor monetário, seriam elas, equivocadamente, consideradas como equivalentes do ponto de vista econômico-financeiro. Daí a utilidade do capital circulante líquido – CCL. (TCU, Acórdão nº 1214/2013, Plenário. Rel. Min. Aroldo Cedraz. Sessão de 22/05/2013).*

*(...) Como bem observado pelo Tribunal de Contas da União, os índices, calculados em quocientes, equiparam uma empresa com R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante, com uma empresa de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante.*

*(...) A exigência parece razoável e proporcional, pelo que é permitido reproduzi-la noutros editais, inclusive, que tenham outros objetos, desde que, com as devidas justificativas, na forma do §5º do artigo 31 da lei 8.666/93.”(destaque nosso)*

Neste ponto precisamos diferenciar a exigência de Capital Circulante da exigência de Capital Social ou Patrimônio Líquido, também presente em edital, será exigido apenas caso os índices financeiros apresentados pela empresa resultem em valores inferiores a 1, assim prevê o edital, nos itens:

*“13.3.5. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.”*

A exigência de Capital Circulante ou Capital de Giro, previsto no item 13.3.3, tem como objeto garantir a contratação de empresas com fluxo de caixa para suportar os dispêndios iniciais da obra e a sua continuidade até o completo fluxo de liquidação e pagamento que para o primeiro pagamento poderá superar os 60 (sessenta) dias, ou seja, 2/12



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

(dois doze avos do valor total) quando consideramos os prazos de mediação, apresentação de todos os documentos, teste, liquidação e pagamento.

Enquanto a exigência de Capital Social ou Patrimonial, visa identificar a solidez da empresa em suportar compromissos futuros à longo prazo, enquanto o Capital de Giro demonstra a saúde financeira a curto prazo.

Neste sentido é possível afirmar que o Capital de Giro, que de maneira simplificada demonstra a soma de recursos disponíveis da empresa, para suportar as suas atividades no curto prazo.

Ademais a presente solicitação atende plenamente as disposições da lei 8.666/93, visto tratar-se de critério objetivo e usualmente adotados para avaliar a situação financeira das empresas, tanto que fora introduzido na Instrução Normativa nº 02/2008 da SLTI/MPOG e posteriormente mantida na Instrução Normativa nº 05/2017, que regulamentam as contratações de serviços no âmbito dos órgãos públicos.

Há que se mencionar ainda a complexidade do objeto, que se trata de uma retomada de obra abandonada, de porte financeiro relativamente significativa para a realidade do órgão, e cujos principais itens da planilha de composição referem-se a materiais que serão adquiridos pelas construtoras junto a outras empresas prestadores de serviços.

É neste sentido que se pode observar que outros órgãos também estão exigindo tal requisito para qualificação, vide, por exemplo, a licitação na modalidade concorrência nº 01/2016 do TCU, onde se exigiu:

“24.4.1.3. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação.”

Edital nº 242/2014-16 - RDC, do DNIT Superintendência Regional do Estado de Santa Catarina:

**“19.1.3.5 - A Licitante deverá comprovar Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante ? Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da PROPOSTA de PREÇO final apresentada.”**

Conforme informado à inclusão do presente mecanismo visa obter empresas sólidas e com condições de suportar principalmente a fase inicial das obras, aumentando a segurança nas contratações e buscando garantir a conclusão da obra, principalmente ao levarmos em consideração que a presente obra refere-se à retomada de obra abandonada, o que irá exigir ainda mais, recursos financeiros por parte, da empresa vencedora, considerando



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

principalmente o tempo que deverá decorrer entre o início da execução e o primeiro pagamento.

Ainda neste sentido, não podemos deixar de levar em consideração o histórico de abandono das obras licitadas pela UFGD nos últimos anos, o que tem resultado em constantes prejuízos ao órgão.

Em relação à legalidade da solicitação, entendemos que a presente solicitação, atenderia as disposições contidas na Lei 8.666/93, onde em seu artigo 31 dispõe:

*"§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado."*

Por fim, considerando as disposições apresentadas, considerando o parecer favorável da Procuradoria Federal, considerando as posições doutrinárias, considerando o histórico de ocorrências de licitações anteriores, considerando a viabilidade da exigência com as disposições da Lei 8.666/93, em seu art. 31, considerando que tal disposição já se tornou obrigatória para contratação de serviços terceirizados, e que a IN 05/2017, tendo partido inclusive de orientações do TCU, temos que a inclusão da exigência de Capital de Giro em patamar de 16,66% do valor estimado da obra, não contrária à legislação e guarda total sintonia com os dispositivos legais, **não se justificando a necessidade de eventual supressão.**

Dourados, 25 de abril de 2018.

**Paulo Roberto Batista**  
Presidente da CPL  
Matricula 2826920

